

MEMÓRIA, HISTÓRIA E RESILIÊNCIA, EM UM DEFEITO DE COR.

Liozina Kauana de Carvalho Penalva

Orientadora: Eurídice Figueiredo

Doutoranda

RESUMO: O presente estudo propõe refletir sobre memórias da escravidão negra em solo brasileiro, a partir da leitura do romance *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves. Embora se trate de uma obra ficcional, *Um defeito de cor* é uma importante fonte de análise sócio-política e cultural dos povos africanos e afrobrasileiros, pois os relatos de memória da personagem protagonista Kehinde são fundamentais para a composição do cenário histórico África/Brasil e das relações interpessoais na sociedade brasileira escravista do início e meados do século XIX. Apesar de reconhecermos pessoas e fatos históricos em todo o romance, pode-se dizer que a principal função deles dentro da obra é dar destaque às memórias de Kehinde e promover fissuras no discurso unilateral da história oficial. Nesta obra, o mergulho no passado acontece para buscar outras vozes e experiências que não apenas aquelas já autorizadas, ou, nas palavras de Benjamin, para “escovar a história à contrapelo”, isto é, acrescentar vozes capazes de interferir no curso natural da história. Para embasar essa pesquisa utilizaremos as contribuições teóricas de Walter Benjamin, Eurídice Figueiredo, Paul Ricoeur e Michel Foucault. A partir das reflexões desses estudiosos em torno do conceito de memória, história e cultura, a ideia é refletir sobre a importância da escravidão negra para a formação histórica da sociedade brasileira e também para a nossa constituição e compreensão enquanto sujeitos, considerando que a literatura brasileira e também a história oficial vigente ainda não contemplam essa temática de maneira profunda e abrangente. O movimento negro e as batalhas da cultura das africanidades continuam acirrados e intensos, ou seja, as consequências da escravidão permanecem sob diversas formas, o que nos obriga, enquanto estudiosos, a adentrar nesse fenômeno para compreender melhor as suas raízes e entender o seu percurso.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão, Memória, Literatura.

Ao longo da história da humanidade, a arte de contar histórias, que é o cerne do que podemos chamar de literatura, é tão antiga que não se sabe ao certo a sua origem. Provavelmente o berço dessa tradição esteja nas civilizações de tradição oral em que a escrita não se fazia presente – como a África, a Grécia, a Índia, o Egito e a Palestina. Desse modo, era por meio da repetição da fala que um povo transmitia seus conhecimentos de geração em geração e inscrevia essas experiências na memória.

A invenção da escrita como representação simbólica da linguagem oral foi um processo gradual e que representou um grande avanço na evolução intelectual dos humanos. Entretanto, é também a partir desse registro escrito que nasce a preocupação com o que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie chama de “perigo da história única”. Ela sustenta que as histórias por estarem imersas em nossos mundos econômicos, culturais e políticos, são definidas pelo princípio do “nkali” (substantivo utilizado pela tribo Igbo, localizada no sudeste da Nigéria, e que significa “ser maior do que o outro), ou seja, como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. É o poder que dá permissão não só para contar a história de uma outra pessoa, mas também de fazê-la a história definitiva de uma pessoa.

É a consciência da existência dessas histórias únicas contadas sobre um povo que fez com que a escritora mineira Ana Maria Gonçalves escrevesse *Um defeito de cor* (2006). Em palestra proferida na XV Abralic, que aconteceu no Rio de Janeiro, Ana comenta que é impressionante a quantidade de histórias da escravidão negra em solo brasileiro que ainda estão para ser contadas, porque até o momento só prevaleceram histórias a partir do ponto de vista da Casa Grande, dos senhores de escravos, dos brancos. Então, a história a partir da senzala, a partir das experiências do negro, que foi quem sofreu e ainda sofre na pele os vícios desse processo ainda está para ser contada. E são essas histórias silenciadas, a necessidade de entender melhor as raízes negras e até mesmo de onde vem essa falta de raízes em solo brasileiro e que até hoje exclui os negros de uma cidadania, que serviram de alicerce para *Um defeito de cor*.

Embora se trate de uma obra ficcional, *Um defeito de cor* é uma importante fonte de análise sócio-política e cultural dos povos africanos e afrobrasileiros, pois os relatos de

memória da personagem protagonista Kehinde são fundamentais para a composição do cenário histórico África/Brasil e das relações interpessoais na sociedade brasileira escravista do início e meados do século XIX. Apesar de reconhecermos pessoas e fatos históricos em todo o romance, pode-se dizer que a principal função deles dentro da obra é dar destaque às memórias de Kehinde e promover fissuras no discurso unilateral da história oficial. O mergulho no passado acontece para buscar outras vozes e experiências que não apenas aquelas já autorizadas, ou, nas palavras de Benjamin, para “escovar a história à contrapelo”, isto é, acrescentar vozes capazes de interferir no que poderia ser considerado “o curso natural da história”.

Estudar a situação do escravo negro no Brasil a partir da perspectiva benjaminiana é algo que muito nos interessa, pois, ao reconhecer a inegável relação de empatia entre historiadores e vencedores, sendo que os primeiros ocupam-se apenas da narrativa de sucessivas vitórias dos últimos, ele propõe uma revisão do conceito de história e acrescenta que: “Nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (Benjamin, 1987, p.225). Isso significa que, contrapondo-se às famosas dicotomias, esse autor situa o bárbaro não no exterior, mas como algo internamente ligado ao movimento de produção e difusão de uma cultura, pois esta é percebida “como conceito de um tesouro de valores considerado de forma independente, não do processo de produção do qual nasceram os valores, mas do processo no qual eles sobrevivem” (Benjamin, 1987, p.225).

Michel Foucault também comunga dessa mesma concepção histórica de Benjamin, pois, nas palavras da professora e pesquisadora Eurídice Figueiredo, “ambos concebem o tempo como uma sucessão de discontinuidades, ou seja, eles recusam a visão da história como uma linha ascendente em direção ao progresso e estão atentos aos fenômenos de ruptura, às interrupções, às transformações” (Figueiredo, 2010, p.164-165). Nessas duas perspectivas, a palavra discontinuidade ganha sentidos mais substanciais, considerando que a questão maior não é apenas apontar uma discontinuidade histórica e fazê-la ingressar na grande narrativa novamente, mas introduzir a ruptura no próprio exercício do pensamento:

A história será 'efetiva' na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. (...) É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar" (FOUCAULT, 1979, p. 27).

Essa metodologia é importante em nossa pesquisa porque a continuidade temporal da história sempre foi um perigo para a compreensão dos povos, é uma estratégia especial de dominação, uma vez que privilegia apenas um ponto de vista e marginaliza, silencia ou até mesmo exclui os tantos outros que existem.

É nesse contexto que a obra de Ana Maria Gonçalves torna-se tão singular e importante, considerando que voltar aos acontecimentos e rememorá-los parece ser uma atividade imprescindível para a construção desta nova história, proposta por Benjamin e Foucault. Levando em conta que o conceito de memória está intimamente relacionado ao de identidade, reimaginar o passado via memória contribui para retificar as distorções de uma história escrita pelo Outro e, assim, revitalizar a identidade individual e coletiva dos povos. Em nossa contemporaneidade, percebe-se um esforço constante de escritores negros que através da diáspora buscam compreender essas identidades negras e se hoje sabemos bastante a respeito da cultura do negro chegado ao Brasil no período colonial, isso se deve à importante atividade mnemônica.

Para dar corpo a *Um defeito de cor*, Ana Maria Gonçalves utiliza um artifício literário bem comum, já utilizado inclusive pelos escritores Rousseau e Graciliano Ramos, em que o autor apresenta a obra como se estivesse sido escrita por outra pessoa e ele a tivesse encontrado de forma acidental. Ana Maria diz ter se apropriado de uma história que encontrou em várias folhas soltas, algumas já perdidas e outras ilegíveis e ter editado tudo isso para que nós, leitores, conheçamos esse valioso documento: a trajetória de vida de mais de oitenta décadas da escrava Kehinde, contada por ela própria.

Esse romance teria nascido da vontade de Kehinde (que recebeu o nome católico de Luísa quando passou à condição de escrava) escrever ao filho desaparecido, que lhe foi tirado ainda criança, fazendo com que este a perdoe e entenda o motivo da separação de ambos. Esta

criança nasceu livre, mas foi vendida pelo próprio pai, o português Alberto, para pagar dívidas de jogo e, ainda que este filho não seja nomeado, há indícios no livro de que se trate da biografia de um importante abolicionista que existiu também fora da ficção, chamado Luiz Gama. O interessante é que da forma como a narrativa é estruturada não são raras as vezes que temos a sensação de que Kehinde, ao falar com o filho, fala diretamente conosco, o que impressiona, pois, de certo modo, nós, brasileiros, somos todos “filhos de Kehinde”.

É através dos relatos de memória dessa escrava que se vai preenchendo as lacunas deixadas pelo discurso da história oficial e desvela-se uma parte importante da história dos negros no Brasil, que envolve desde a travessia forçada, a espera desumana nos armazéns, a sua venda a senhores donos de terra até a chegada às fazendas, os castigos, as fugas e o dia-a-dia na casa grande e nas senzalas, incluindo as torturas, estupros e destroçamento da pouca família que conseguiam formar. O mais importante é que é o olhar feminino e negro (tanto da autora quanto de sua personagem) que libera forças novas e faz ecoar a voz dos vencidos e não dos vencedores, desenterram-se memórias que ajudam a discutir a escravidão de maneira mais complexa, longe de maniqueísmos, com brancos cruéis ao lado de brancos que simpatizam e até lutam pela liberdade dos negros. Do lado africano, acompanhamos de perto as sangrentas disputas tribais e a tirania dos chefes de tribos e reis africanos, que colaboram insistentemente para a manutenção do comércio de escravos.

A saga de Kehinde começa de maneira bastante trágica. Com apenas 7 anos, ela vê a sua casa em Savalu, reino de Daomé, ser invadida por guerreiros do rei Adandozan, que matam a sua mãe e seu irmão Kokumo. Kehinde, sua irmã gêmea chamada Taiwo e sua avó, as únicas sobreviventes, mudam-se para Uidá (Benin) e é neste local que ela e sua irmã gêmea são capturadas e levadas para serem escravizadas no Brasil. Sabendo da captura da netas, a avó desesperadamente se oferece para também embarcar no navio negreiro, mas devido às péssimas e desumanas condições da travessia, apenas Kehinde sobrevive. Em pouquíssimo tempo, Kehinde perdera toda a sua família e o sentimento que sobressai é o de desamparo aliado à dificuldade de lidar com o apagamento de todas as suas referências:

Mas a pior de todas as sensações, mesmo não sabendo direito o que significava, era a de ser um navio perdido no mar, e não a de estar dentro de um. Não estava mais na minha terra, não tinha mais a minha família, estava

indo para um lugar que não conhecia, sem saber se ainda era para presente ou, já que não tinha mais a Taiwo, para virar carneiro de branco (GONÇALVES, 2015, p. 61).

A trajetória de Kehinde serve, portanto, para refletir sobre a condição do negro africano trazido à força para uma terra estrangeira e o estranho sentimento de estar “à deriva”, no momento em que essas pessoas são submetidas a violências de toda natureza, tendo, que, inclusive, abdicarem de sua cultura, sua língua e de suas crenças seculares. É importante promover esse mergulho no passado porque o sistema escravocrata desencadeou o surgimento de epistemologias que até o presente momento violentam os corpos, as experiências e culturas afro-descendentes. Édouard Glissant, escritor cuja reflexão crítica contribui significativamente para compreender a complexidade de questões identitárias e culturais forjadas pelo colonialismo, declara que nos dias atuais os povos precisam construir a sua modernidade à força e cabe às artes, principalmente à literatura, o dever de impulsionar o imaginário e memória dessas coletividades, do contrário essas vozes podem ser silenciadas para sempre. Assim, rememorar essas coletividades à luz do presente significa trabalhar em prol da desconstrução de discursos que sustentam o racismo, a exclusão social, financeira, econômica e política que insistem em perseguir os herdeiros do estigma da escravidão.

Essa atividade de rememoração, segundo Paul Ricoeur, é necessária para que exista o perdão. Em *A Memória, a História e o Esquecimento* (2007), este filósofo francês assegura que o perdão, ao contrário do que muitos costumam pensar, não é marcado apenas por uma energia pacificadora, pois sua natureza é por si só conflituosa, está ligada tanto ao ato de esquecer quanto ao de lembrar. De forma paradoxal, perdoar inclui esquecer momentos de tortura, perseguições, sofrimento e humilhação vivenciados, mas também envolve o lembrar, trazer à tona episódios dolorosos e supostamente adormecidos para que, dessa maneira, após ser analisado por diferentes ângulos, tal acontecimento possa ser melhor digerido e assimilado (sem jamais ser apagado de todo, pois o que deve ser apagado é a dívida e não a lembrança) pelo sujeito ou comunidade vítima desses eventos traumáticos.

Voltando a falar das perdas de Kehinde, não são raras as vezes que a protagonista precisa lidar com a morte de pessoas bem próximas. A exemplo, a perda precoce de seu

primeiro filho, a quem, mesmo sendo batizado na igreja dos brancos como José Gama, ela dá o nome africano de Banjokô. No romance, ele morre por ser um *abiku* que, em África, são espíritos amigos há bastante tempo e que, antes de nascer, combinam entre si que logo morrerão novamente para se encontrarem no mundo perfeito, o mundo dos espíritos. Esse pacto dos abikus pode servir de metáfora à relação dos negros e o incessante desejo de retorno desses povos à sua origem. Abikus e negros estão sempre descontentes em sua realidade, sentem-se em um não-lugar e o retorno é a expressão máxima de felicidade.

Entretanto, entre as perdas de Kehinde, pode-se destacar a morte de sua irmã gêmea Taiwo como uma de suas maiores, uma vez que ela sempre achou que a Taiwo fosse uma continuação de si mesma, dois corpos separados, mas ligados pela mesma alma: “Não sei quando descobrimos que éramos duas, pois acho que só tive certeza disso depois que a Taiwo morreu. Ela deve ter morrido sem saber, porque foi só então que a parte que ela tinha na nossa alma ficou somente para mim” (Gonçalves, 2015, p. 21). Ao desembarcar no Brasil, Kehinde, criança, preta, sozinha e agora escrava, descobre que lhe atribuíram um grande defeito: a cor.

Em *A Construção Social da Cor*, José D’Assunção Barros desenvolve, a partir de fundamentos do sistema colonial e da escravidão africana no Brasil, uma importante pesquisa sobre como foi socialmente construída a ideia de uma raça negra em oposição à raça branca e lembra que a cor da pele é determinada pela quantidade do pigmento de melanina e que sua concentração é controlada por apenas quatro a seis genes, quantidade extremamente insignificante do ponto de vista quantitativo, considerando os 35 mil genes que existem no genoma humano. Essa diferença seria mesmo irrelevante se alguns dos problemas sociais mais enfáticos e graves em todo o mundo não girassem exatamente em torno da percepção dessa diferença:

Eis aqui, do ponto de vista ético e filosófico, um fato bastante impressionante: guerras as mais sangrentas, massacres vários, cruéis sistemas de escravização, impiedosos processos de *apartheid* e segregação foram ou têm sido movimentados por distintas leituras sociais estabelecidas sobre as diferenças naturais produzidas por aqueles quatro ou cinco genes, ou por outras diferenças análogas. (BARROS, 2009, p.11)

O título do romance aqui discutido enquadra-se dentro dessas discussões e refere-se à existência de um decreto instituído no período colonial, que impedia aos negros e também mestiços de assumirem cargos, funções públicas, ou profissões reservadas apenas aos brancos. Em entrevista concedida à editora Record, Ana Gonçalves comenta que “quando o talento, a competência ou a vontade eram muito grandes, o negro ou mulato podia pedir a dispensa do defeito de cor”. No romance, Kehinde torna-se mãe de Banjokô, após estupro cometido pelo sinhô José Carlos Gama, e, pensando no destino de seu filho, comenta que ele logo conseguiria a “dispensa do defeito de cor” por conta da influência da sinhá Ana Felipa, que o criava como filho. Em outro momento, quase ao final do livro, a protagonista reflete sobre essa diferença inscrita na cor da pele:

Eu achava que era só no Brasil que os pretos tinham que pedir dispensa do defeito de cor para serem padres, mas vi que não, que em África também era assim. Aliás, em África, defeituosos deviam ser os brancos, já que aquela era a nossa terra e éramos em maior número. O que pensei naquela hora, mas não disse, foi que me sentia muito mais gente, muito mais perfeita e vencedora que o padre” (GONÇALVES, 2015, p. 893).

Como se pode notar, é também a percepção dessa diferença que serve de mola propulsora para Kehinde. Em lugar de sentir-se “menos gente” e inferior como todos tentam fazê-la acreditar, ela entende que o fato de ser negra é mesmo uma grande qualidade, uma vez que se tivesse nascido branca, não teria se esforçado tanto para mostrar as coisas do que é capaz e também não teria sido agraciada com tanto êxito. E é com esse espírito de positividade que Kehinde resiste frente a todas as dificuldades e sofrimentos impostos por sua condição de escrava.

Para falar desse comportamento de Kehinde, a professora e pesquisadora Eurídice Figueiredo utiliza o conceito de resiliência, que teria sido utilizado por psicólogos desde os anos de 1970 para caracterizar o “processo pelo qual certas pessoas exibem uma grande adaptabilidade mesmo nas condições mais adversas ou após sofrer um trauma” (Figueiredo, 2010, p. 174-175). Ou seja, pessoas resilientes geralmente apresentam uma personalidade ligada à inteligência, inventividade e/ou criatividade e são estas qualidades que ajudam estas pessoas a utilizarem situações completamente adversas como trampolim para uma vida

melhor. Ainda segundo Figueiredo, as pessoas tendem a reagir de maneiras diferentes frente às adversidades e, no contexto da escravidão, o conceito de resiliência aparece em oposição ao de banzo, que era uma doença psicológica que se apoderava dos negros que, imersos numa melancolia profunda por conta da saudade, aculturação e desejo de retorno à África, acabavam por cometer suicídio.

Kehinde, sem nenhuma dúvida, é um exemplo claro de resiliência. Ela é astuta: em terras brasileiras recusa-se a ser batizada, a ter um novo nome, uma nova religião, porém, se utiliza desses três recursos sempre que lhe é conveniente. Exemplo disso, é, quando já cansada de procurar por seu filho desaparecido, faz a viagem de volta para a África e, ao observar que os retornados viviam em situação mais avantajada, decide finalmente adotar o nome Luísa. Os seus dois filhos (gêmeos), que nascem em África, fruto de seu relacionamento com seu último marido, o inglês Jhon, também recebem nomes brasileiros. Do mesmo modo, ela é responsável por disseminar os costumes brasileiros que por tantas vezes recusou e é assim que ela se torna uma das principais organizadoras da festa do Bonfim em África e monta a sua empresa Casas da Bahia, planejando e construindo casas para os africanos mais abastados, todas ao molde europeu, como também se fazia no Brasil.

A esperteza da narradora-protagonista manifesta-se logo na chegada ao Brasil, quando ela percebe que precisava ser vendida o mais rápido possível para não morrer de fome ou doença no inóspito armazém de escravos. E, enquanto alguns já se mostravam indiferentes ao seu destino, ela começa a dar rodopios no ar, a mostrar os dentes, a língua e a planta dos pés, o que chama a atenção do sinhô José Carlos e garante a sua compra naquele mesmo dia. Na fazenda desse sinhô, Kehinde aproveita as aulas destinadas à sinhazinha Maria Clara e, na contramão da esmagadora maioria dos escravos, aprende a ler e a escrever.

Tempos depois, prestando serviço na casa de ingleses, ela aprende a falar inglês e a preparar cookies, aprendizado que fará enorme diferença, pois é com a venda deles que compra a sua liberdade. Em todo o romance, os problemas e desafios que rondam a vida de Kehinde não são poucos, mas com a ajuda de fiéis amigos e dos santos protetores de África, ela vai se tornando um exemplo de superação. O que se pode notar é que, mesmo diante de



intensos mecanismos de controle, Kehinde, com sua resiliência, aprendeu a driblar a estratégia senhorial.

Desse modo, sob a perspectiva certauniana (1994), pode-se afirmar que uma das principais armas de Kehinde é a tática, a arte do fraco. Trata-se do uso de meios não-institucionalizados e que dependem da inventividade, da astúcia e de um certo calculismo e não de manifestações de poder. Em oposição às estratégias - que visam produzir, mapear e impor - as táticas ajudam a produzir diferentes maneiras de fazer. Nesse sentido, ainda segundo a professora Eurídice, entende-se que se o dominador é forte e utiliza-se de estratégias, cabe ao dominado direcionar essa força de modo a beneficiar-se com ela: “A tática não pode ter um projeto global nem pode totalizar o adversário em um espaço distinto, visível e objetivável; assim ela precisa aproveitar as oportunidades que aparecem, ser rápida, desviar a força do outro em seu favor (Figueiredo, 2010, p. 179).

Enfim, a partir de nossas discussões, o que se percebe é que apesar da inegável importância da escravidão negra para a formação histórica da sociedade brasileira e também para a nossa constituição e compreensão enquanto sujeitos, observa-se que a literatura brasileira e também a história oficial vigente ainda não contemplam essa temática de maneira profunda e abrangente. O movimento negro e as batalhas da cultura das africanidades continuam acirrados e intensos, ou seja, as consequências da escravidão permanecem sob diversas formas, o que nos obriga, enquanto estudiosos, a adentrar nesse fenômeno para compreender melhor as suas raízes e entender o seu percurso.

Um defeito de cor é um romance histórico muito importante nas discussões de nossa contemporaneidade porque coloca em discussão questões relacionadas à literatura, à história, à raça, gênero e diáspora africana e, privilegiando o olhar e a experiência negra e feminina, promove a releitura da história oficial brasileira e abre possibilidades para novas versões, para ouvirmos as histórias que ainda não foram contadas.

REFERÊNCIAS



BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, 351p.

FIGUEIREDO, Eurídice. As (re)escritas da memória da escravidão: questões teóricas. In: *Representações de etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

_____. Resiliência, banzo e artes de fazer em Ana Maria Gonçalves. In: *Representações de etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Organizado por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Trad. Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.